

CONTABILIDADE BÁSICA

NOTA: Este material foi produzido antes da Lei 11.638 de dezembro de 2007, lei que regula a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Em caso de dúvidas consulte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm

ÍNDICE

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE.....	4
1. CONCEITO E OBJETIVOS	4
2. ORIGENS.....	5
3. EVOLUÇÃO	6
4. LIMITAÇÕES.....	8
5. CONTABILIDADE CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA	8
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	9
1. QUE SÃO PRINCÍPIOS CONTÁBEIS?.....	9
2. QUANDO UM PRINCÍPIO É GERALMENTE ACEITO?.....	10
3. OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS.....	10
4. O POSTULADO DA ENTIDADE.....	11
5. O POSTULADO DA CONTINUIDADE.....	11
6. O PRINCÍPIO DO CUSTO COMO BASE DE VALOR.....	12
7. O PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO	12
8. O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA DOS EXERCÍCIOS	13
9. O PRINCÍPIO DO DENOMINADOR COMUM MONETÁRIO.....	13
10. QUE SÃO CONVENÇÕES?.....	13
10.1 A convenção da objetividade.....	13
10.2 A convenção do conservadorismo	14
10.3 A convenção da relevância ou materialidade	14
10.4 A convenção da uniformidade ou consistência	14
ESTRUTURA CONTÁBIL DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS.....	16
1. ATIVO, PASSIVO EXIGÍVEL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
2. EQUAÇÃO BÁSICA: ATIVO = PASSIVO EXIGÍVEL + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
3. DESPESAS, RECEITAS E RESULTADOS	18
4. FATOS CONTÁBEIS	18
SISTEMA CONTÁBIL.....	19
1. CONTAS	19
2. TIPOS DE CONTAS	20
3. PLANO DE CONTA	20
4. LANÇAMENTO CONTÁBIL.....	23
5. O MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS	23
6. O MECANISMO DE DEBITAR E CREDITAR	24
7. LIVROS CONTÁBEIS	26
CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS BÁSICAS.....	27
1. CUSTO DE AQUISIÇÃO.....	27
2. RECEITA DE VENDAS OU DE SERVIÇOS	28
3. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV) E.....	28
4. CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS BÁSICAS COM IPI E ICMS RECUPERÁVEIS.....	29
5. CIF E FOB.....	31
PARTIDAS DOBRADAS	32
EXERCÍCIO.....	32
ESTRUTURA CONTÁBIL DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS.....	36
EXERCÍCIO NO. 2	36
ESTRUTURA CONTÁBIL DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS.....	37
EXERCÍCIO NO. 3	37

APURAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	39
1. OBJETIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	39
2. ENCERRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO	39
3. EXEMPLO.....	40
4. RESUMO DA APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	42
4.1. Apurar saldo final das contas de resultado.....	42
4.2 Encerrar todas as contas de receitas e despesas em contrapartida de uma conta transitória denominada “Resultado do exercício”	43
4.3 Calcular e contabilizar o imposto de renda	43
4.4 Calcular e contabilizar as participações estatutárias	43
4.5 Transferir o LLE para “Resultados acumulados”	43
5. OBJETIVO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	44
6. DESPESAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	44
7. RECEITAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	44
8. APRESENTAÇÃO.....	45
9. MODELO SIMPLIFICADO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	45
10. MODELO DETALHADO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	46
BALANÇO PATRIMONIAL.....	47
1. OBJETIVO	47
2. EXERCÍCIO SOCIAL E CICLO OPERACIONAL.....	47
3. CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS.....	47
4. ATIVO.....	48
4.1 Ativo circulante	48
4.2 Realizável a longo prazo	48
4.3 Ativo permanente.....	49
5. PASSIVO	49
5.1 Passivo circulante e exigível a longo prazo	49
5.2 Resultado de exercícios futuros	49
5.3 Patrimônio líquido	50
6. MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

Introdução à contabilidade

1. Conceito e objetivos

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

A contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo método consiste (simplificadamente) em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento e sua evolução em determinado período.

Partindo desse enfoque, os seus objetivos sintetizam-se na produção de informações úteis a diversos interessados. Tais interessados podem ser usuários internos e externos à empresa.

Internamente, a contabilidade auxilia no processo de tomada de decisões pela administração através de um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos de gestão econômico-financeiro da empresa. De modo geral, essas informações são geradas pelo que se convencionou chamar de contabilidade gerencial.

Externamente, os maiores interessados são investidores, credores e governo. Para os investidores, os relatórios contábeis mostram a situação econômico-financeira da empresa, o resultado de um determinado período e outras informações, tais como os investimentos efetuados e o que lhes cabe em termos de dividendos. Evidentemente, estas e outras informações lhes possibilitam conhecer as vantagens e desvantagens de seu investimento e decidir sobre a conveniência de mantê-lo, desfazer-se dele ou aumentá-lo.

O interesse dos credores é evidente. É, também, através das demonstrações financeiras que eles decidem sobre a conveniência de emprestar ou não recursos para as empresas. As demonstrações financeiras dão uma boa idéia da capacidade da empresa de gerar recursos suficientes para a liquidação de seus compromissos nos prazos estabelecidos.

Finalmente, o governo tem duplo interesse nas informações contábeis. Primeiramente, porque é baseado na contabilidade que se faz a arrecadação de quase todos os tributos. Segundo, a fixação da política econômica, fiscal e mesmo monetária pode ser (e muito) auxiliada pela análise estatística de dados contábeis disponíveis nas demonstrações financeiras. No Brasil, o controle de preços pelo CIP é um exemplo típico. Os instrumentos de política monetária como o redesconto, o tabelamento (ou não) de taxas de juros e a atuação no mercado aberto têm a sua utilização influenciada, em grande medida, pela análise de dados contábeis fornecidos pelas instituições financeiras.

2. Origens

Após a introdução da imprensa com tipos móveis, ao redor de 1450, muitos dos clássicos da matemática foram traduzidos para o italiano e publicados em latim ou no vernáculo. Os matemáticos entregaram-se a animados debates públicos sobre as soluções de complexas equações algébricas, enquanto as multidões incentivavam seus favoritos.

O estímulo de grande parte desse interesse data de 1494, com a publicação de um notável livro de um monge franciscano chamado **Luca Paccioli**. Paccioli nasceu em torno de 1445, em Borgo San Sepulcro, cidade natal de Piero della Francesca. Embora a família exortasse o menino a se preparar para uma carreira nos negócios, Piero ensinou-lhe literatura, arte e história e recomendou que freqüentasse a famosa biblioteca da corte vizinha de Urbino. Ali os estudos de Paccioli formaram a base da fama subsequente como matemático.

Aos vinte anos, Paccioli conseguiu um emprego em Veneza como preceptor dos filhos de um mercador rico. Ele comparecia a preleções públicas sobre filosofia e teologia e estudou matemática com um professor particular. Hábil estudante, escreveu sua primeira obra de matemática publicada na estada em Veneza. Seu tio Benedetto, oficial do exército baseado em Veneza, ensinou a Paccioli arquitetura e questões militares.

Em 1470, Paccioli transferiu-se para Roma a fim de prosseguir os estudos e, aos 27 anos tornou-se monge franciscano. Entretanto, ele continuou suas perambulações. Lecionou matemática em Perugia, Roma, Nápoles, Pisa e Veneza. Antes de se fixar como professor de matemática em Milão, em 1496. Dez anos antes, recebera o título de Magister, equivalente a um doutorado.

A obra-prima de Paccioli, *Summa de arithmetica, geometria et proportionalità* (as obras acadêmicas mais sérias ainda eram escritas em latim), apareceu em 1494. Escrito à "imensa abstração e sutileza da matemática", a *Summa* reconhece a dívida de Paccioli para com o *Liber abaci*, de Fibonacci, elaborado quase trezentos anos antes. A *Summa* fixa os princípios básicos da álgebra e contém todas as tábuas de multiplicação até 60 x 60 – um recurso útil em uma época em que a imprensa disseminava o uso do novo sistema de numeração.

Uma das contribuições mais notáveis do livro foi sua apresentação da contabilidade por partidas dobradas. Embora não fosse inventada por Paccioli, recebeu o mais extenso tratamento até então. A noção de contabilidade por partidas dobradas já se esboçara no *Liber abaci*, de Fibonacci, e aparecera em um livro publicado em torno de 1305 pela filial londrina de uma empresa italiana. Qualquer que seja sua origem, essa inovação revolucionária nos métodos contábeis teve importantes conseqüências econômicas, comparáveis à descoberta da máquina a vapor trezentos anos depois.

Apesar de o método italiano ser a base do método atual, convém ressaltar quatro diferenças entre a contabilidade de hoje e da época de Luca Pacciolo. São elas:

- O sistema contábil anterior visava informar apenas o proprietário.
- No século XVI, os ativos e passivos do proprietário e do negócio se confundiam.
- Não existia a idéia de período contábil nem de continuidade.
- Inexistia um denominador comum monetário.

Primeiro, durante o século XVI, o objetivo mais importante da contabilidade era gerar informações úteis aos proprietários - nas palavras de Pacciolo: "dar ao empresário, informações sobre seus ativos e exigibilidades". Ela fornecia, também, uma base para a garantia de empréstimos, assim, a contabilidade era guardada como um segredo, e, obviamente, não havia pressões externas para estabelecer critérios definidos para a apresentação de relatórios.

A segunda característica, relacionada com a primeira, é a mistura dos direitos e obrigações do negócio ou da empresa. Todavia, existiam algumas evidências da separação e mesmo, embora não frequentemente, alguns casos de contabilidades separadas, uma para o negócio e outra para o proprietário.

A terceira característica consiste na falta do conceito de período contábil ou de continuidade da empresa. Isso ocorria ao fato de que a maior parte dos empreendimentos comerciais tinha um prazo de vida limitado. Assim, o lucro era calculado no momento em que a empresa atingia o objetivo para o qual foi criada.

Sem o conceito de exercício contábil, não surge a necessidade de depreciação, de provisionamento, deferimento de encargos etc.

Facilmente, a quarta característica é a inexistência de um padrão monetário único que possibilitasse trazer todos os ativos e passivos a um denominador comum. Sem uma moeda, o método das partidas dobradas é impossível; com várias moedas, ele é, no mínimo, de difícil manejo. Como consequência, os relatórios deviam ser extremamente detalhados - inventários eram descritos em relação ao peso, ao tamanho ou medida, ao preço e, ainda, com respeito à moeda em que foi adquirido.

3. Evolução

Com a sofisticação do comércio e o seu desenvolvimento em outras partes da terra, o método contábil evoluiu consideravelmente e passou a sofrer influências de outros profissionais da contabilidade com problemas e objetivos diferentes daqueles já constantes da escola italiana. Essa mudança representa, em linhas simplificadas, a decadência da escola italiana e ascensão da escola inglesa, fato que ocorreu a partir da revolução industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII.

A partir desse momento e até os dias atuais, processa-se um grande crescimento da atividade industrial, que atrai investidores e banqueiros, fazendo crescer continuamente a necessidade de fornecer informações confiáveis e úteis para os novos usuários.

Os problemas ocorridos nos Estados Unidos durante a crise econômica de 1929 a 1932 influíram de maneira significativa no fortalecimento da contabilidade como sistema de informações dos negócios, provocando a ascensão da escola norte-americana através do seu órgão mais notório, o American Institute of Certified Public Accountants - AICPA.

A contabilidade foi influenciada, também, por mudanças na economia e, principalmente, pela mudança dos objetivos e usos da informação contábil. Essa informação, que era dirigida apenas para o empresário, passou a ser requerida pelos investidores, credores e o próprio governo.

O desenvolvimento industrial trouxe consigo a necessidade de possuir ativos fixos de alto valor monetário, o que fez com que o custo de produção fosse em grande parte relacionado com o desgaste do ativo fixo e com os métodos de custeio. Como resposta a essa nova situação, a contabilidade desenvolveu o conceito de depreciação e, também, a contabilidade de custos, cujo objetivo principal era apurar o custo dos produtos fabricados pelas indústrias manufatureiras.

A sofisticação institucional da economia criou usuários externos da informação contábil. Como resposta, a contabilidade criou relatórios financeiros mais ou menos padronizados e estabeleceu critérios uniformes de avaliação e divulgação dos elementos patrimoniais.

O imposto de renda, em todas as nações, também influenciou substancialmente a contabilidade e mesmo criou (ou institucionalizou) alguns procedimentos contábeis que contribuíram para a formulação de uma teoria contábil.

A contabilidade hoje já possui um corpo teórico e um conjunto de convenções princípios e procedimentos derivados de necessidades diversas. Em muitos países desenvolvidos, esse corpo vem se formando através de juntas, associações de profissionais independentes e outros órgãos encarregados de adaptar a contabilidade a uma economia complexa e, sobretudo, extremamente dinâmica.

No Brasil, a contabilidade foi, por demais, influenciada por órgãos governamentais voltados, principalmente, para a arrecadação de tributos. A influência do fisco foi reduzida com a imposição de normas contábeis pelo Banco Central do Brasil às companhias de capital aberto. Isso foi feito através da Resolução no.220 e Circular no. 179, de 1972, que, embora representem um marco em nossa história contábil, alcançavam apenas algumas empresas.

O maior avanço contábil, no Brasil, ocorreu com a Lei no. 6.404/76, que, além de estabelecer normas contábeis detalhadas, fez uma separação entre a contabilidade para efeitos comerciais e aquela para efeitos fiscais. De fato, podemos dizer que a contabilidade valorizou-se como atividade a partir da Lei no.6.404/76, quando passou a ser efetuada tendo em vista objetivos mais amplos do que o mero atendimento às exigências fiscais.

Embora essa evolução tenha proporcionada por órgãos governamentais, no Brasil, é o Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, por delegação expressa do Conselho Federal de Contabilidade, o encarregado de codificar e estabelecer normas contábeis a serem seguidas pelas empresas.

4. Limitações

A contabilidade, em decorrência de seu próprio método, só é capaz de registrar fatos avaliáveis monetariamente, e é sabido que decisões tomadas pelos usuários da informação contábil são influenciadas (e muito) por aspectos qualificativos que, normalmente, escapam do alcance da contabilidade.

Outra limitação, que a cada dia se torna menor, é a falta de um conjunto coeso de princípios e procedimentos e até de uma terminologia definida que permita a produção de demonstrações financeiras uniformes e de fácil entendimento pela maioria dos interessados.

Tais limitações não invalidam o método contábil, simplesmente indicam ao usuário que as informações contábeis devem ser utilizadas levando-se em conta as limitações do método que as gerou.

5. Contabilidade centralizada e descentralizada

Tradicionalmente, todos os documentos e informações relativos às operações da empresa são encaminhados à contabilidade que se encarrega de classificá-los e registrá-los. Entretanto, os modernos sistemas contábeis são integrados aos sistemas operacionais e estão sob a responsabilidade dos diversos departamentos da empresa. Assim sendo, passamos a ter uma contabilidade descentralizada pois o próprio responsável pelas operações passou a ser também responsável pelo registro contábil das mesmas gerando a chamada contabilidade descentralizada.

Nesse novo sistema, a contabilidade passou a ser responsável pelo acompanhamento e controle dos registros contábeis, pela análise das informações processadas, pela conciliação dos controles contábeis e gerenciais e pela elaboração das demonstrações contábeis.

Atualmente, o conhecimento da técnica contábil deixou de ser exigência apenas do pessoal envolvido diretamente com a contabilidade, mas também de todo o pessoal das áreas operacionais que passaram a ser responsáveis pelo registro contábil de suas próprias operações.

A velocidade do processamento contábil através de sistemas computadorizados e a necessidade da administração de ter informações cada vez mais rápidas e precisas exige que haja grande cuidado na classificação dos lançamentos contábeis pois o tempo para análise, conciliações e regularizações de lançamentos errados é cada vez mais exíguo e a empresa não pode dispor de funcionários para esse tipo de trabalho que é considerado como atividade que não agrega valor, mas decorrente do erro de algum funcionário.

Princípios contábeis

1. Que são princípios contábeis?

Princípios de contabilidade geralmente aceitos são os preceitos resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos emanados da Contabilidade, de uso predominante no meio em que se aplicam, proporcionando interpretação uniforme das demonstrações financeiras.

Os princípios contábeis permitem aos usuários fixar padrões de comparação e de credibilidade, em função do reconhecimento dos critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, aumentam a utilidade dos dados fornecidos e facilitam a adequação entre empresas do mesmo setor.

Princípios contábeis podem ser conceituados como sendo as premissas básicas acerca dos fenômenos econômicos contemplados pela contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica.

O campo de atuação preferencial da contabilidade é constituído pelas entidades, sejam elas de finalidade lucrativa ou não, e procura captar e evidenciar as variações ocorridas na estrutura patrimonial e financeira, em face das decisões da administração e também das variáveis exógenas que escapam ao controle e ao poder de decisão da administração.

Note-se que, dentre as variáveis que mais têm preocupado os administradores, temos, de um lado, a inflação e, de outro, as próprias flutuações de preços atinentes especificamente a cada bem e serviço.

No âmbito dessa complexa realidade, o observador analisa as características principais do sistema e chega a certas conclusões quanto ao seu funcionamento.

Tais conclusões, se geralmente aceitas pela classe contábil, transformam-se em princípios, aos quais toda a prática contábil e principalmente os processos de auditoria devem ater-se. Por outro lado, o observador, uma vez verificada alteração profunda nas condições que o levaram a estabelecer a primeira série de princípios, tem a incumbência de proceder a uma nova análise da situação e modificar, adaptar ou mesmo substituir os princípios originais por outros mais concordes com a nova realidade.

A função de observador é hoje desempenhada pelas entidades de classe, pelos comitês especialmente designados e, finalmente, pelas comissões especiais de conferências e convenções internacionais.

2. Quando um princípio é geralmente aceito?

São duas as condições básicas a fim de que um princípio supere a fase de tentativa e se transforme em “geralmente aceito” e, portanto, incorporado à doutrina contábil:

- 1- Deve ser considerado praticável pelo consenso profissional.
- 2- Deve ser considerado útil.

Note-se que a ordem de classificação não é o fruto do acaso: de fato, muitos contadores - com poder de decisão a respeito desses assuntos - atribuem mais importância à praticabilidade de um princípio do que à sua utilidade intrínseca.

Algumas vezes, atribuiu-se ao termo “praticabilidade” um significado rígido, de forma que tudo o que não for praticável com extrema facilidade será considerado “impraticável” para efeitos contábeis.

Ao continuar aceitando esse significado restrito, a teoria contábil não terá oportunidade de progresso rápido. Evidentemente, sempre que se quiser retratar a realidade com maior precisão, aumentarão as dificuldades práticas e os processos tenderão a ser mais complexos. É esse o caso típico dos processos de ajustamento de relatórios contábeis históricos em face das flutuações de preços.

Alguns contadores não hesitaram em refutar a utilidade dos ajustamentos por considerá-los impraticáveis. Confundiram impraticabilidade com dificuldade. E houve o temor de que os ajustamentos substituíssem os relatórios históricos, sem deixar vestígios destes. Temor infundado, pois ninguém discute a utilidade desses relatórios para certas finalidades, principalmente fiscais.

Por outro lado, algumas das tentativas visando ao ajustamento de dados históricos foram caracterizadas pela improvisação e pela falta de profundidade, pois seus autores tendiam, antes de mais nada, a um prestígio rápido e à notoriedade, aproveitando-se das condições existentes de inflação galopante em muitos países. Não se preocuparam com o problema geral da contabilidade, que é o da escolha de uma base de valor global e completa que se adapte a cada configuração isolada e passageira do mercado. Não se preocuparam tampouco, em estabelecer as bases teóricas, os objetivos visados pelos ajustamentos e, portanto, houve muita confusão quanto às bases de avaliação a serem adotadas e poucos resultados concretos.

3. Os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os princípios contábeis geralmente aceitos são classificados em três categorias:

(a) Postulados - referem-se ao ambiente sócio-político-econômico no qual a contabilidade é praticada.

- 1- Entidade (Entity).
- 2- Continuidade (Going-concern).

(b) Princípios - regras básicas para aplicação da contabilidade.

- 1- Custo com base de valor (Cost basic of valuation).
- 2- Realização (Realization).
- 3- Competência dos exercícios (Accrual basics of accounting).
- 4- Denominador comum monetário (Stability of monetary unit).

(c) Convenções - limitações e regras para aplicação dos postulados e dos princípios.

- 1- Objetividade (Objectivity).
- 2- Conservadorismo (Conservatism).
- 3- Relevância ou materialidade (Materiality).
- 4- Uniformidade ou consistência (Consistency).

Analisaremos, a seguir, o significado de tais postulados, princípios e convenções, procurando, também, verificar sua adequação às condições econômicas atuais:

4. O postulado da entidade

Pressupõe-se que a contabilidade é executada e mantida para as entidades como pessoas jurídicas, completamente distintas das pessoas físicas (ou jurídicas) dos sócios. Quando uma firma individual paga uma despesa, é o caixa da firma que está desembolsando o dinheiro, e não o dono da empresa, embora materialmente, muitas vezes, as duas coisas se confundem. Esse princípio parece-nos de profunda validade, pois consolida desse princípio continuará intacta através dos tempos, pois independe de critérios de valor.

5. O postulado da continuidade

“A menos que haja boa evidência em contrário, a contabilidade assume que a empresa continuará operando por um período de tempo indeterminado”.

Esse postulado, que tem grande validade do ponto de vista prático, apresenta importantes conseqüências para a contabilidade. De fato, se aceitarmos a hipótese de que a duração da empresa é indeterminada, a filosofia de avaliação de ativos pelos valores de entrada a ser adotada deverá ser oposta àquela que adotaríamos no caso de liquidação da empresa, quando interessam os valores de liquidação do passivo e de realização do ativo.

6. O princípio do custo como base de valor

Talvez seja apropriado denominá-lo “ O princípio do custo histórico (original) como base de valor”, pois são vários os conceitos de custo existentes. Como princípio geralmente aceito, refere-se ao custo original. Na conceituação ortodoxa, os elementos do ativo entram nos registros contábeis pelo valor pago para adquiri-los ou fabricá-los. A não ser para aqueles elementos do ativo sujeitos à amortização, depreciação ou exaustão, uma vez registrados, seu valor inscrito não é alterado, ressalvando-se, ainda a regra conhecida como “custo ou mercado, o que for mais baixo” e os casos de reavaliação de ativo previstos pelas legislações de alguns países.

É evidente que a aplicação irrestrita desse princípio, mormente em períodos de acentuadas flutuações de preços, restringe as possibilidades informativas da contabilidade.

7. O princípio da realização

Como norma geral, a receita é reconhecida no período contábil em que é realizada. A realização ocorre quando bens ou serviços são fornecidos a terceiros em troca de dinheiro ou de outro elemento do ativo.

Esse princípio tem sido um dos mais visados, principalmente pelos economistas, por julgarem que o processo de produção adiciona valor aos fatores que estão sendo manipulados, ao passo que, contabilmente, verifica-se apenas uma “integração de fatores”, e a receita e, conseqüentemente, o lucro (ou prejuízo) só ocorrem no ato da venda. O lucro só se realiza no ato da venda. Embora reconheçamos a dificuldade de apurar lucros antes que a venda se efetue, não vemos por que se deva negar o rigor conceitual da economia.

Além disso, a administração pode auferir lucros não só de suas operações típicas, mas também de atividades de estocagem de fatores, isto é, pode-se também obter ganhos de caráter especulativo. Isso é tanto mais verídico, quanto mais acentuadas as flutuações de preços que se verificarem numa economia.

Por outro lado, quando uma empresa comercial vende uma determinada mercadoria por \$150 e esta lhe custou apenas \$100, a contabilidade ortodoxa apura imediatamente um lucro bruto de \$50. Este lucro é, para todos os efeitos, considerado como operacional, mesmo que a mercadoria vendida, para ser resposta, exija um desembolso de \$130.

Se antes da venda reconhecêssemos um “lucro realizável” de \$30, isto é, igual a diferença entre o custo original da mercadoria e o de reposição, no ato da venda, somente \$20 seriam considerados como lucro operacional corrente, o que seria teoricamente o mais correto.

Com esse exemplo, pretendemos demonstrar que o não-reconhecimento de lucros (ou perdas) devidos às variações de preços de elementos de ativo nos “intervalos de espera” faz com que, mais tarde, tais variações, no momento da “realização”, sejam consideradas ganhos ou perdas operacionais, o que, na realidade, é incorreto, pois se verificaram independentemente da vontade da administração, em virtude de movimentos de preços ocorridos durante o tempo em que os ativos permaneceram estocados.

8. O princípio da competência dos exercícios

Esse princípio demonstra, em resumo, que as receitas e os custos são atribuídos aos períodos de acordo com a real incorrência dos mesmos, isto é, de acordo com a data do fato gerador, e não quando são recebidos ou pagos em dinheiro.

Através desse princípio, a folha de pagamento dos operários relativa ao mês de dezembro, suponhamos, será considerada como despesa de dezembro, mesmo que, na prática, o pagamento só seja efetuado nos primeiros dias de janeiro. No ato gerador da despesa é o serviço prestado pelos operários, e não o pagamento do salário.

9. O princípio do denominador comum monetário.

Esse princípio contribuiu para a teoria sob um duplo aspecto: em primeiro lugar, a contabilidade só contempla aqueles fatos monetariamente avaliáveis; em segundo lugar, a unidade monetária é, para efeitos contábeis, considerada um padrão uniforme e homogênea de mensuração, independentemente das variações de seu poder de compra.

Quanto ao primeiro aspecto, parece-nos uma limitação inevitável do método contábil; quanto ao segundo, entretanto, sua aceitação implica não considerar a realidade dos fatos. A vulnerabilidade da premissa é manifesta, pois a experiência de quase todos os países tem demonstrado que a unidade monetária está longe de representar um padrão uniforme e homogêneo de medida.

O poder aquisitivo da moeda tem variado consideravelmente no Brasil, e esta é uma realidade que a contabilidade não pode ignorar. O mínimo que se pode temer de relatórios contábeis que não levam em consideração as variações do poder aquisitivo da moeda é que eles, pela irrealidade dos resultados apresentados, podem induzir os administradores menos avisados a políticas administrativas seriamente comprometedoras.

10. Que são convenções?

Dentro da ampla margem de liberdade que os princípios permitam ao contador, no registro das operações, as convenções vêm restringir ou limitar, ou mesmo modificar parcialmente, o conteúdo dos princípios, definindo mais precisamente seu significado.

10.1 A convenção da objetividade

Essa convenção pode ser explicada da melhor forma possível através do exemplo que, a seguir, será relatado. Suponha-se que o contador, para avaliação de um certo bem, dispusesse de duas fontes: a fatura relativa à compra do bem e o laudo do maior especialista mundial em avaliação. Deverá escolher, como valor de registro, o indicado na fatura. Entre um critério subjetivo de valor, mesmo ponderável, e outro objetivo, o contador deverá optar pela hipótese mais objetiva. A finalidade dessa convenção é eliminar ou restringir áreas de excessivos liberalismo na escolha de critérios, principalmente de valor.

10.2 A convenção do conservadorismo

Esta convenção manda que, por motivos de precaução, sempre que o contador se defrontar com a alternativa de atribuir valores diferentes a um elemento do ativo ou do passivo. Se, por exemplo, o valor de mercado do inventário final de mercadorias for inferior ao valor de custo, deverá ser escolhido o valor de mercado, por ser o mais baixo.

Essa é uma convenção que modifica o princípio geral do custo como base de valor.

Notamos outra implicação da convenção na apuração de resultados. É, freqüentemente, citada pelos contadores a seguinte máxima: “Considere para a despesa do exercício o maior montante possível, mas atribua à receita o menor montante possível”.

A regra “Custo ou Mercado, dos dois o menor” está intimamente ligada ao conservadorismo. Em outras palavras, o custo é a base de valor para a contabilidade, mas, se o valor de mercado for inferior ao de custo, adotaremos o valor de mercado.

10.3 A convenção da relevância ou materialidade

Essa convenção reza que, a fim de evitar desperdício de tempo e de dinheiro, devem-se registrar na contabilidade apenas os eventos dignos de atenção e na ocasião oportuna. Por exemplo, sempre que os empregados do escritório se utilizam de papéis e impressos da empresa, registra-se uma diminuição do ativo da empresa, diminuição essa que poderia, teoricamente, ser lançada nos registros contábeis à medida de sua ocorrência. Entretanto, isto não é feito, pela irrelevância da operação, e a despesa só é apurada no fim do período por diferença de estoques.

10.4 A convenção da uniformidade ou consistência

A convenção da uniformidade ou consistência nos diz que, uma vez adotado determinado processo, dentre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, ele não deverá ser mudado com demasiada freqüência, pois assim estaria sendo prejudicada a comparabilidade dos relatórios contábeis. Se, por exemplo, for adotado o método FIFO para avaliação de estoques em lugar do LIFO (ambos atendem ao mesmo princípio geral, isto é, “Custo como base de valor”), deverá ser usado sempre o mesmo método nos outros períodos. E, se houver a necessidade inadiável de se adotar outro critério, essa adoção deve ser declarada como nota explicativa dos relatórios, de maneira a cientificar o leitor.

Elementos	No que consiste	Validade atual	Conseqüências	Observações
Postulados	Ambiente sócio-econômico no qual a contabilidade é praticada.	Total	Definição dos princípios contábeis.	
1 Entidade	Contabilidade executada para entidades como pessoas distintas dos sócios.	Total	Proteção contra malversações e confusões.	Antigamente, a contabilidade misturava o patrimônio da empresa com o do patrimônio.
2 Continuidade	Presume-se em geral, que a empresa operará indefinidamente.	Boa	Custo como base de valor.	O inverso mudaria a contabilidade.
Princípios	Premissas básicas sobre fenômenos.	Para alguns, há discussão.	Forma de ser da prática contábil.	Derivam do consenso profissional - útil e prático.
1 Custo como base de valor	Vale o custo de aquisição ou fabricação.	Muito discutível, principalmente em regimes de alta inflação.	Irrealidade de resultados.	Os sistemas de reconhecimento dos efeitos inflacionários amenizam os problemas.
2 Realização	Receita de venda somente é reconhecida quando efetivamente realizada	Discutível	Afeta resultados.	Aspectos de competência.
3 Competência de exercícios	Despesas reconhecidas no período em que são incorridas, independentemente de pagamento.	Válido	Apresenta resultados menores.	
4 Denominador comum monetário	A contabilidade registra eventos que possam ser avaliados em moeda.	Limitado em regimes de alta inflação.	Distorções nos resultados e no patrimônio.	O sistema de CMCAC elimina distorções.
Convenções	Qualificam e delimitam os princípios.	Razoável.	Prática contábil.	Cautela dos contadores.
1 Objetividade	Registros contábeis apoiados em documentos ou critérios objetivos.	Boa.	Fé da contabilidade perante juízo de terceiros.	Inerente à própria finalidade informativa da contabilidade.
2 Conservadorismo	Prudência. Menores valores para o ativo e maiores para o passivo.	Discutível.	Diminui resultados.	Favorece a continuidade.
3 Relevância	Analisar sempre relação custo benefício. Não se preocupar com insignificâncias.	Boa.	Economia	Questão de bom senso.
4 Uniformidade	Manutenção de critérios contábeis ao longo do tempo.	Boa.	Possibilita comparabilidade.	Favorece auditoria.

Estrutura contábil dos elementos patrimoniais

1. Ativo, passivo exigível e patrimônio líquido

Ativo - representa aplicações de recursos em “bens, direitos e valores a receber” de uma empresa ou entidade. Exemplos:

- Dinheiro em caixa ou depositado em banco,
- Duplicatas a receber,
- Terrenos,
- Máquinas e equipamentos.

Passivo exigível - representa uma fonte dos recursos aplicados no ativo e é composto de todas as obrigações contraídas pela empresa com terceiros. Exemplo:

- Salários a pagar,
- Juros a pagar,
- Empréstimos a pagar,
- Impostos a pagar etc.

Patrimônio líquido - representa a riqueza real de uma entidade é formado pelo valor que os proprietários têm aplicado no negócio mais os resultados gerados pelo desenvolvimento das atividades. Pode ter diversas origens, entre as quais dinheiro aplicado e lucro retidos pela empresa.

2. Equação básica: $\text{Ativo} = \text{Passivo exigível} + \text{Patrimônio líquido}$

Graficamente:

ATIVO	PASSIVO EXIGÍVEL
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para fixação dessa equação, vejamos quais as variações que algumas transações provocam no ativo, passivo exigível e patrimônio líquido.

Transação no. 1

Duas pessoas resolvem construir uma sociedade com o capital inicial de \$20.000,00, cada uma contribuindo com \$10.000. O dinheiro é depositado no banco.

A equação ficaria:

ATIVO		=	PASSIVO EXIGÍVEL		+	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Dinheiro	20.000					Capital	20.000
Total	20.000		Total			Total	20.000

Transação no. 2

A sociedade compra móveis no valor de \$ 2.000 para pagamento a prazo. A essa altura, a igualdade da equação continua mantida da seguinte forma:

ATIVO		=	PASSIVO EXIGÍVEL		+	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Dinheiro	20.000		Contas a pagar	2.000		Capital	20.000
Móveis	2.000						
Total	22.000		Total	2.000		Total	20.000

Transação no. 3

ATIVO		=	PASSIVO EXIGÍVEL		+	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Dinheiro	14.000		Contas a pagar	2.000		Capital	20.000
Móveis	2.000						
Mercadoria	6.000						
Total	22.000		Total	2.000		Total	20.000

Transação no. 4

A sociedade pagou \$ 2.000 que estava devendo pela compra de móveis. A equação, agora, assume a seguinte forma:

ATIVO		=	PASSIVO EXIGÍVEL		+	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Dinheiro	12.000		Contas a pagar			Capital	20.000
Móveis	2.000						
Mercadoria	6.000						
Total	20.000		Total			Total	20.000

A equação que vimos nos exemplos acima é chamada de “equação do balanço” porque consiste em balancear o total do ativo com o total obtido pela soma do passivo exigível mais o patrimônio líquido.

3. Despesas, receitas e resultados

Despesas - representam os gastos desembolsados ou previstos pela sociedade com o fim de gerar receitas. Exemplo:

- Salários de empregados,
- Depreciação,
- Juros,
- Comissões etc.

Receitas - representam os valores que uma sociedade recebe ou tem direito a receber, provenientes de suas operações de vendas, de prestação de serviços ou de investimentos. Exemplos:

- Receitas de serviços,
- Receita de aluguel,
- Receita de vendas,
- Receitas financeiras etc.

Resultado - é a diferença entre as despesas e as receitas de um determinado período. Pode ocorrer:

Lucro	-	Receitas	>	Despesas
Prejuízo	-	Receitas	<	Despesas
Situação nula	-	Receitas	=	Despesas

- Lucros** - Aumentam o patrimônio líquido.
- Prejuízos** - Reduzem o patrimônio líquido.

4. Fatos contábeis

São eventos que provocam alterações nos elementos patrimoniais de uma empresa. Tais eventos podem se constituir em:

- (a) fatos permutativos.
- (b) fatos modificativos.

Fatos permutativos - apenas permutam elementos patrimoniais, isto é, envolvem apenas contas de ativo e passivo. Exemplos:

- Compra de um veículo à vista - essa operação apenas troca um ativo (dinheiro) por outro ativo (veículo). O patrimônio líquido não se altera.
- Aquisição de mercadorias a prazo - ocorre um aumento do ativo "mercadoria" e do passivo exigível "fornecedores". O patrimônio líquido não se altera.

Fatos modificativo - fatos que alteram diretamente o patrimônio líquido da empresa, isto é, envolvem contas patrimoniais e de resultado. Exemplos:

→ Receita de serviços - essa operação gera um aumento no ativo (dinheiro) e um aumento no patrimônio líquido (receita).

→ Pagamento de frete - o ativo diminui pelo pagamento do frete e o patrimônio diminui pela despesa ocorrida.

→ Venda de um bem com prejuízo - o ativo é reduzido pela saída do bem e aumentado pela entrada do numerário no valor correspondente à venda. O patrimônio líquido será aumentado pela diferença entre o preço de venda e o custo (lucro).

→ Venda de um bem com prejuízo - o ativo é reduzido pela saída do bem e aumentado pelo numerário recebido. O patrimônio líquido é reduzido pela diferença (prejuízo).

Patrimônio	Quando	Fica	Lançamento
<u>Ativo</u>	Recebe	+ Devedor	Debitado
Devedor	Entrega	- Devedor	Creditado
<u>Passivo</u>	Recebe	- Credor	Debitado
Credor	Entrega	+ Credor	Creditado
<u>Resultado</u>			
Despesa		Devedor	Debitado
<u>Receita</u>		Credor	Creditado

Sistema Contábil

1. Contas

Neste tópico, abordaremos o sistema contábil, isto é, os meios de que se utiliza a contabilidade para registrar as transações da empresa.

As transações de uma empresa são registradas nos livros através de contas.

As contas são utilizadas separadamente para representar cada tipo de elemento do Ativo, Passivo exigível, Patrimônio Líquido, Despesas e Receitas. Por exemplo:

→ Todas as transações que envolvem movimentação de dinheiro são registradas na conta "Caixa".

→ O valor que os proprietários investem na empresa é representado pela conta "Capital".

→ As obrigações da empresa decorrentes de empréstimos poderão ser registradas na conta "Empréstimos bancários".

→ As despesas com pessoal serão registradas na conta "Despesas de salários".

→ As vendas de mercadorias serão registradas na conta "Receitas de vendas", ou simplesmente "Vendas".

Dessa forma, conta é o termo que apresenta um conjunto de elementos iguais ou semelhantes. São exemplos:

- valores e contas a receber;
- móveis e utensílios;
- máquinas e equipamentos.

2. Tipos de contas

As contas são indispensáveis para que se possam efetuar os lançamentos e são classificadas em dois tipos:

- contas patrimoniais,
- contas de resultados.

Contas patrimoniais - Como o próprio nome indica, são as contas destinadas a representar o patrimônio da empresa, isto é, o conjunto de bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido e são reunidas em dois grandes grupos: Ativo e Passivo.

Contas de resultado - São as contas destinadas ao registro das empresas e receitas realizadas pela empresa durante um período e são também reunidas em dois grandes grupos: Receitas e Despesas.

3. Plano de conta

Conjunto de contas utilizadas pelas empresas para registro de suas operações. Cada empresa tem seu próprio plano de contas adaptado às suas características, entretanto todos respeitam as normas de classificação de contas definidas na legislação societária conforme veremos mais adiante.

Para efeito ilustrativo, apresentaremos a seguir um modelo simplificado de plano de contas.

Plano de contas

1. Ativo

1.1 Circulante

- 1.1.01 Caixa
- 1.1.02 Bancos – conta-movimento.
- 1.1.03 Aplicações no mercado aberto.
- 1.1.04 Duplicatas a receber
- 1.1.05 Duplicatas descontadas (-).
- 1.1.06 Provisão para devedores duvidosos (-).
- 1.1.07 Adiantamento a empregados.
- 1.1.08 Adiantamento a fornecedores.
- 1.1.09 Estoque.
- 1.1.10 Material de expediente.
- 1.1.11 Outras contas a receber.
- 1.1.12 Despesas pagas antecipadamente.

1.2 Realizável a longo prazo.

- 1.2.01 Aplicações financeiras.
- 1.2.02 Títulos a receber.
- 1.2.03 Provisões para devedores duvidosos (-).
- 1.2.04 Depósito para incentivos fiscais.

1.3 Permanente.

- 1.3.01 Investimentos
 - 1.3.01.1 Participações em outras empresas
 - 1.3.01.2 Terrenos para futura expansão
- 1.3.02 Imobilizado
 - 1.3.02.1 Terrenos
 - 1.3.02.2 Edifício
 - 1.3.02.3 Máquinas e equipamentos
 - 1.3.02.4 Veículo
 - 1.3.02.5 Móveis e utensílios
 - 1.3.02.6 Depreciação acumulada (-)
- 1.3.03 Diferido
 - 1.3.03.1 Despesas pré-operacionais
 - 1.3.03.2 Amortização acumulada (-)

2. Passivo

2.1 Circulante

- 2.1.01 Fornecedores
- 2.1.02 Títulos a pagar
- 2.1.03 Empréstimos bancários
- 2.1.04 Salários a pagar
- 2.1.05 Comissões a pagar
- 2.1.06 Encargos sociais a recolher
- 2.1.07 Impostos a pagar
- 2.1.08 Provisão para imposto de renda
- 2.1.09 Dividendos a pagar

- 2.1.10 Juros a pagar
- 2.1.11 Outras contas a pagar

2.2 Exigível a longo prazo

- 2.2.01 Títulos a pagar
- 2.2.02 Empréstimos a pagar
- 2.2.03 Outras contas a pagar

2.3 Patrimônio líquido.

- 2.3.01 Capital
- 2.3.02 Capital a integralizar (-)
- 2.3.03 Reserva de capital
 - 2.3.03.1 Correção monetária do capital
 - 2.3.03.2 Ágio na emissão de ações
 - 2.3.03.3 Subvenções e doações

- 2.3.04 Reserva de reavaliação

- 2.3.05 Reservas de lucros
 - 2.3.05.1 Reserva legal
 - 2.3.05.2 Reserva estatutária
 - 2.3.05.3 Reserva de lucros a realizar
 - 2.3.05.4 Reserva especial
 - 2.3.05.5 Reserva de contingência

- 2.3.06 Lucros/prejuízos acumulados

3. Despesas

3.1 Custo das vendas e dos serviços prestados.

- 3.1.01 Custo das mercadorias vendidas
- 3.1.02 Custo dos produtos vendidos
- 3.1.03 Custo dos serviços prestados

3.2 Despesas de vendas

- 3.2.01 Despesas com devedores duvidosos
- 3.2.02 Fretes e seguros
- 3.2.03 Propaganda e publicidade
- 3.2.04 Outras

3.3 Despesas administrativas

- 3.3.01 Salários e encargos
- 3.3.02 Aluguéis
- 3.3.03 Honorários da diretoria
- 3.3.04 Serviços contratados de terceiros
- 3.3.05 Depreciação
- 3.3.06 Material de expediente
- 3.3.07 Outras

3.4 Despesas financeiras

- 3.4.01 Despesas de juros
- 3.4.02 Despesas com variações monetárias
- 3.4.03 Descontos financeiros concedidos

3.5 Despesas tributárias

- 3.5.01 Imposto de renda

- 3.5.02 Imposto sobre serviços
- 3.5.03 Outros impostos

3.6 Despesas não operacionais

4. Receitas

- 4.1. Vendas
- 4.2. Receita de serviços
- 4.3. Imposto sobre circulação de mercadorias (-)
- 4.4. Juros e correção monetária recebidos
- 4.5. Descontos financeiros obtidos
- 4.6. Outras receitas operacionais
- 4.7. Receitas não operacionais

Como pode ser observado a codificação numérica das contas segue uma seqüência lógica. O primeiro dígito indica o grupo de conta (Ativo, Passivo, Receita ou Despesa), o segundo indica o sub-grupo (Circulante, longo prazo, etc), os demais indicam as contas sintéticas e analíticas.

4. Lançamento contábil

O lançamento é o ato de registrar contabilmente qualquer transação efetuada.

Estes são resumidos em fichas, planilhas ou “vouchers” que indicam quais contas sofrerão alteração, o valor da operação e um breve resumo da operação denominado contabilmente de histórico.

5. O método das partidas dobradas

A contabilidade usa, para o registro, o método das partidas dobradas, isto é, a cada lançamento de débito corresponde um ou mais lançamentos de créditos, de modo que o valor total dos débitos é sempre igual ao dos créditos. Para se representar graficamente uma conta, usamos o razonete, também chamado de conta em T; na parte superior, colocamos o nome da conta, o lado esquerdo será usado para registrar os débitos, o direito para registrar os créditos.

Como exemplo, vejamos a movimentação da conta “Caixa”. O recebimento de \$ 1.200 seria assim registrado:

Caixa	
1.200	

por outro lado, o pagamento de \$ 800 seria assim registrado:

Caixa	
1.200	800

A conta "Caixa", após o registro dessas transações, ficaria com saldo devedor de \$ 400:

Caixa	
1.200	
400	

6. O mecanismo de debitar e creditar

Para entender facilmente o mecanismo de debitar e creditar uma conta, é importante conhecer conceitos de ativo, passivo e patrimônio líquido, bem como as alterações que cada transação provoca neste, ou seja, os aumentos e as diminuições.

As contas do ativo representam os devedores da entidade, os quais aumentam por débitos e diminuem por créditos.

Inversamente, as contas do passivo exigível representam os credores da entidade, os quais aumentam por créditos e diminuem por débitos.

As contas do patrimônio líquido representam os créditos dos proprietários junto à entidade e têm o mesmo funcionamento das contas do passivo exigível, isto é, aumentam por créditos e diminuem por débitos.

Resumindo, as contas do ativo aumentam por débitos e diminuem por créditos. No passivo exigível e no patrimônio líquido, as contas têm funcionamento inverso, isto é, aumentam por créditos e diminuem por débitos.

Como exemplo, podemos citar que duas pessoas formam uma sociedade, cada qual entregando \$ 10.000 ao gerente da empresa, que deposita o valor em um banco.

A empresa passou a ter a propriedade de \$ 20.000 surgindo, portanto, o seu ativo.

Como o ativo aumenta por débito, devemos debitar uma conta que também representa o dinheiro à disposição da empresa. No caso, "Banco - conta - movimento" pois o banco recebeu o dinheiro e se tornou devedor da entidade.

No passivo exigível, não houve variação, portanto nenhuma conta será debitada ou creditada.

A empresa deve registrar o valor investido pelos proprietários, o que representa um aumento no patrimônio líquido; este aumenta por créditos, logo, devemos creditar uma conta que represente o investimento dos proprietários, isto é, devemos creditar a conta de capital pois os proprietários entregaram o dinheiro e se tornaram credores da entidade. Em razão teríamos o seguinte lançamento:

	Banco		Capital	
débito	20.000			crédito
			20.000	

Vejamos como é contabilizada uma compra de mercadorias a prazo no valor de \$ 10.000.

	Estoque		Fornecedores	
débito	10.000			crédito
			10.000	

As variações ocasionadas por essa transação são as seguintes:

- Foi aumentado o ativo da empresa; a conta “Estoque de Mercadorias” será debitada em \$ 10.000 porque o estoque recebeu a mercadoria e se tornou devedor da entidade.
- No caso, não houve variação no patrimônio líquido.

Observe que, nos dois exemplos dados, o total de débitos é exatamente igual ao total de créditos, atendendo o método das partidas dobradas.

As receitas aumentam o patrimônio líquido, e as despesas o diminuem.

Dessa forma, a determinação dos débitos e créditos nas contas de despesas e receitas é feita do mesmo modo que para as contas do patrimônio líquido, observando-se que:

- (a) um aumento nas contas de receitas representa uma diminuição no patrimônio líquido; assim, as contas de despesas aumentam por débitos. As despesas diminuem a riqueza real de uma entidade (patrimônio líquido) e, conseqüentemente, diminuem o crédito dos proprietários.
- (b) um aumento nas contas de receitas representa um aumento no patrimônio líquido, o que significa dizer que as contas de receita aumentam por créditos. As receitas aumentam a riqueza real de uma entidade e, conseqüentemente, aumentam o crédito dos proprietários.

Como exemplo desse caso, citamos que a empresa paga, em dinheiro, o salário dos empregados devido no mês no valor de \$1.000.

	Despesas de salários		Caixa	
débito	1.000			crédito
			1.000	

- A conta “Despesas de salário” será debitada por \$ 1.000 (aumento das despesas). O patrimônio líquido será reduzido e, conseqüentemente, diminui o crédito dos proprietários.
- A conta “Caixa” será creditada por \$ 1.000 (diminuição do ativo). O caixa entregou o dinheiro e se tornou menos devedor da entidade.

Outro exemplo é o de que a empresa recebe \$ 2.000 referentes a serviços prestados no mês:

	Caixa		Receitas serviços	de	
débito	2.000			2.000	crédito

→ A conta “Caixa” será debitada por \$ 2.000 representando um aumento no ativo. O caixa recebeu o dinheiro e se tornou mais devedor da entidade.

→ A conta “Receitas de serviços” será creditada por \$ 2.000 representando um aumento das receitas, logo, aumento também do patrimônio líquido. O patrimônio líquido será aumentado e, conseqüentemente, os proprietários se tornam mais credores da entidade.

7. Livros Contábeis

Falaremos agora sobre os livros utilizados para registro das transações.

O Diário Geral é o nome dado ao registro legal das transações de uma empresa. Nele devem ser registradas, em ordem cronológica, todas as transações da empresa que possam ser expressa em termos monetários.

Ele deve conter de abertura e encerramento na primeira e na última página; deve ser numerado tipograficamente, redigido a tinta e, finalmente, registrado na junta comercial.

Atualmente, a maioria das empresas utiliza sistema de processamento eletrônico de dados e os livros contábeis são substituídos por fitas ou discos magnéticos.

Vejamos como seriam contabilizados, no diário, o saque para suprimento de caixa e a cobrança de uma duplicata a receber.

Em primeiro lugar, deve constar a data da operação, depois a conta debitada e conta creditada; em seguida, valor da operação e, finalmente, um breve histórico da transação.

São Paulo, 21 de abril de 19X3

Caixa	100	
a Bancos - conta-movimento		100
Saque do cheque no. 0013 para suprimento de caixa		

Os mesmos passos seriam seguidos para o registro da cobrança da duplicata a receber.

A data da operação, conta debitada e conta creditada, valor da operação e um breve histórico da transação

São Paulo, 21 de abril de 19X3

Bancos - conta-movimento		
a Duplicatas a receber	200	
Recebimento de duplicata no. 483 de JHP S.A		200

Outro livro indispensável para o registro contábil é o Razão. Pode ser um livro ou, o que é mais comum, um conjunto de fichas ou folhas numeradas seqüencialmente. No livro Razão,

há uma ficha para cada conta e nessa ficha são registrados todos os lançamentos de débito e crédito apurando-se o saldo da conta a cada lançamento.

O razão tem, no mínimo, uma folha para cada conta. Essas folhas, no conjunto, formam o Livro Razão.

Existe uma grande variedade de modelos de fichas de razão. Uma ficha adequada deve conter:

- título da conta movimentada;
- código da conta movimentada;
- código da conta recebeu a contrapartida;
- número do lançamento.

Atualmente, na maioria das empresas, a contabilidade é registrada através de sistema eletrônico de processamento de dados, o qual emite periodicamente (normalmente é mensal) o Livro Razão e o Diário Geral.

Contabilização das transações comerciais básicas

1. Custo de Aquisição

O custo das mercadorias adquiridas deve incluir todos os gastos necessários para a mercadoria chegue ao estabelecimento da empresa compradora.

Exemplo:

			\$
Valor da fatura	1.000		
Fretes a pagar	50		
Prêmio de seguro sobre fretes			30
Custo da mercadoria comprada	1.080		
Laçamento: Débito – Estoque	1.080		
Crédito - Duplicatas a pagar (fornecedores)		1.000	
Fretes a pagar		50	
Seguros a pagar			30
	1.080	1.080	

Caso os pagamentos tivessem sido efetuados à vista, teríamos:

Laçamento: Débito - Estoque 1.080

No caso das importações, o custo de aquisição é composto de todos os gastos incorridos até o momento da entrada do bem no estabelecimento do comprador. Caso a importação seja paga em data posterior à entrada do bem, a variação cambial do período entre a data da entrada do bem e a data do pagamento da fatura deverá ser classificada como despesa financeira e não como custo de aquisição do bem.

Analogamente, no caso de exportações, a variação cambial entre a data da saída do bem exportado e a data do recebimento da fatura deverá ser apropriada como receita financeira e não como receita de vendas.

2. Receita de Vendas ou de Serviços

Quando a empresa vende mercadorias ou presta serviços, haverá, em primeiro lugar, o registro da receita de vendas ou de serviços, como segue:

Vendas de mercadorias

A prazo - Débito - Duplicatas a receber (Clientes).
Crédito - Receita de Vendas.

À vista - Débito - Caixa ou bancos.
Crédito - Receita de Vendas.

Prestação de Serviços

A prazo - Débito - Duplicatas a receber (Clientes).
Crédito - Receita de serviços.

À vista - Débito - Caixa ou bancos.
Crédito - Receita de serviços.

3. Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e Custos dos Serviços Prestados (CSP)

Após o registro da receita é necessário baixar a mercadoria o estoque ou reconhecer o custo dos serviços prestados. Nesse caso, haverá os seguintes lançamentos:

Custo das Mercadorias Vendidas

Débito - Custo das mercadorias vendidas
Créditos - Estoque de mercadorias

Custo dos Serviços Prestados

São acumulados em contas específicas de ativo e, no encerramento do serviço, concomitantemente com o reconhecimento da receita de serviços correspondente, o valor total é transferido para a conta “Custos dos serviços prestados” através do lançamento:

Débitos - Custo dos serviços prestados
 Créditos - Custo de serviços em andamento

4. Contabilização das transações comerciais básicas com IPI e ICMS recuperáveis

Os impostos (ICMS e IPI) pagos na aquisição de mercadorias e materiais representam, de acordo com a legislação pertinente, créditos da empresa junto ao governo e serão compensados com os mesmos impostos que serão devidos pela venda das mercadorias ou produtos. Assim sendo, o valor dos impostos recuperáveis pagos na aquisição não deve compor o custo de aquisição que será incorporado ao estoque, mas registrados em conta específica de ativo que representará o direito da empresa junto ao governo.

Para exemplificar, vejamos como ficará o registro contábil de um material que foi adquirido e aplicado na produção de um bem que foi vendido conforme os seguintes valores:

	COMPRA	VENDA
Valor do material		
Valor do IPI	80	120
	20	30
Valor total da nota	100	150
Valor do ICMS	15	22

1. Compra de material com impostos recuperáveis

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Estoque	65	
IPI a recuperar	20	
ICMS a recuperar	15	
Caixa		100

2. Reconhecimento da receita da venda do produto

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Caixa	150	
Receita de Vendas		150

3. Reconhecimento da obrigação com impostos cobrados na venda

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Impostos sobre vendas	52	
IPI a recolher		30
ICMS a recolher		22

4. Baixa do estoque

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Custo dos produtos vendidos	65	
Estoque (além do custo do material, incluiria outros custos de produção)		65

5. Compensação dos impostos a recolher com os a recuperar

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
IPI a recolher	20	
IPI a recuperar		20
ICMS a recolher	15	
ICMS a recuperar		15

6. No recolhimento dos impostos

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
IPI a recolher	10	
ICMS a recolher	7	
Caixa		17

Em razão das razões teríamos a seguinte demonstração:

Estoque	
(1) 65	65 (4)

IPI a recuperar	
(1) 20	20 (5)

Caixa	
(2) 150	100 (1)
	17 (6)
33	

ICMS a recuperar	
(1) 15	15 (5)

IPI a recolher	
(5) 20	
(6) 10	30 (3)

ICMS a recuperar	
(5) 15	22 (3)
(6) 7	

CPV
(4) 65

Receita de vendas

150 (2)

Imposto s/ vendas

(3) 52

O resultado obtido com a operação seria:

Demonstração de resultado

		\$
Receita bruta de vendas		150
(-) Impostos sobre vendas		<u>52</u>
Receita líquida de vendas		98
(-) CPV		<u>65</u>
Lucro bruto	<u>33</u>	

5. CIF e FOB

CIF - significa "Cost, insurance and freight" ou seja, "custo, seguro e frete" enquanto que FOB significa "free on board" ou seja "posto a bordo".

A diferença entre uma modalidade e outra está no fato de o preço de venda incluir ou não o valor do frete e do seguro de transportes.

Na modalidade CIF o valor pago pelo comprador inclui o valor da mercadoria adquirida mais o frete e o seguro. Assim sendo, o gasto do frete e do seguro é de responsabilidade do vendedor que deverá entregar a mercadoria no local indicado pelo comprador.

Na modalidade FOB o valor paga pelo comprador inclui somente o valor da mercadoria. Assim sendo, o gasto do frete e do seguro é de responsabilidade do comprador. A responsabilidade do vendedor está limitada a "por a mercadoria a bordo" do veículo do comprador ou de quem este indicar para o transporte. Os gastos incorridos no transporte da mercadoria do estabelecimento do vendedor até o estabelecimento do comprador devem ser acrescentados ao custo da aquisição da mercadoria para fins de determinação do valor que será incorporado ao estoque.

D - Móveis e utensílios

C - Bancos

18- Pagamento da obrigação referente à operação no. 11.

D – Fornecedores

C- Bancos

RAZONETES

Caixa		Bancos - conta-movimento		Adiantamento empregado		a
(1) 15.000	15.000 (2)	(2) 15000	600 (4)	(7) 500		
		(3) 2.000	500 (7)			
		(6) 2.000	100 (9)			
		(8) 5.000	500 (10)			
			5.000 (12)			
			50 (14)			
			80 (15)			
			150 (16)			
			110 (17)			
			180 (18)			
		24.000	7.270			
		16.730				

Duplicatas a receber		Estoques - Matéria-prima		Veículos	
(5) 2.000	2.000 (6)	(4) 600		(13) 150	
		(11) 180			
		780			

Móveis e utensílios		Empréstimo bancário		Fornecedores	
(17) 110		(12) 5.000	5.000 (8)	(16) 150	180 (11)
				(18) 180	150 (13)

Capital social		Receita de serviços		Despesa com material de limpeza	
	15.000 (1)		2.000 (3)	(9) 100	
			2.000 (5)		
			4.000		

Despesa com material de expediente		Despesas de salários		Despesas com seguros	
(14) 50		(10) 500		(15) 80	

<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
---------------------	-----------------------	-------------------------

Bancos	16.730	Capital	15.000	Receita de serviços	4.000
Estoques	780	Resultado	3.270	Despesas:	
Adiantamentos	500			Material de expediente	(50)
Veículos	150			Material de limpeza	(100)
Móveis e utensílios	110			Salários	(500)
				Seguros	(80)
Total	18.270	Total	18.270	Lucro líquido	3.270

Estrutura contábil dos elementos patrimoniais

Exercício no. 1

Solução

Identificar os elementos patrimoniais abaixo, indicando se eles se classificam no ativo (A), passivo exigível (PE) ou patrimônio líquido (PL).

	Título	Classificação
1	Dinheiro de propriedade da empresa	A
2	Dinheiro depositado no banco	A
3	Máquinas industriais	A
4	Contas a receber de clientes	A
5	Contas a pagar	PE
6	Fornecedores	PE
7	Terrenos	A
8	Imposto de renda a pagar	PE
9	Duplicatas a pagar	PE
10	Empréstimos a empregados	A
11	Patentes adquiridas	A
12	Juros a pagar	PE
13	Estoque de matéria-prima	A
14	Edifícios	A
15	Capital	PL
16	Lucros acumulados	PL
17	Ações de outras empresas	A
18	Empréstimos bancários	PE
19	Gratificações a pagar	PE
20	Equipamentos	A
21	Títulos a receber	A
22	Veículos	A
23	Duplicatas a receber	A
24	Móveis e utensílios	A
25	Material de escritório	A
26	Dividendos a pagar	PE
27	Peças para reparos	A
28	Almoxarifado de materiais	A
29	Certificado de depósito bancário	A
30	Impostos a recolher	PE

Estrutura contábil dos elementos patrimoniais

Exercício no. 2

Equação básica da contabilidade 1

Solução

Indicar quais as alterações que as transações abaixo provocam no ativo, no passivo exigível e no patrimônio líquido. Usar os sinais (+) para aumentos, (-) para diminuições e (SV) no caso de a transação não gerar variação em qualquer dos componentes.

		A =	PE +	PL
1	Duas pessoas formam um sociedade e entregam ao gerente o dinheiro correspondente ao investimento inicial.	+	SV	+
2	Compra de um veículo à vista.	+/-	SV	SV
3	Compra de máquina de escrever a prazo.	+	+	SV
4	Pagamento de duplicata referente à compra de máquina de escrever.	-	-	SV
5	Pagamento do aluguel do mês (despesa).	-	SV	-
6	A firma prestou serviços a terceiros e deverá receber o valor posteriormente.	+	SV	+
7	Compra a prazo de material de limpeza para consumo imediato.	SV	+	-
8	Compra de mercadorias à vista.	+/-	SV	SV
9	Recebimento do valor de um empréstimo tomado ao banco.	+	+	SV
10	Pagamento da compra de material de limpeza da transação no. 7.	-	-	SV
11	Venda de mercadorias à vista com lucro.	+/-	SV	+/-
12	Pagamento de comissões aos vendedores no próprio mês da venda.	-	SV	-
13	Compra a prazo de material de escritório para consumo imediato.	SV	+	-
14	Pagamento do empréstimo bancário (transação no. 9).	-	-	SV
15	Os sócios resolveram aumentar o capital da firma entregando o dinheiro ao gerente.	+	SV	+
16	Recebimento dos serviços prestados (transação no. 6).	+/-	SV	SV
17	Venda de um veículo à vista com lucro.	+/-	SV	+/-
18	Venda de mercadorias a prazo com prejuízo.	+/-	SV	+/-
19	Aumento de capital com lucro acumulado.	SV	SV	+/-
20	Concessão de adiantamento aos empregados.	+/-	SV	SV
21	Pagamento de salários no último dia do mês.	-	SV	-

Estrutura contábil dos elementos patrimoniais

Exercício no. 3

A equação básica da contabilidade II

Solução

Indicar a equação contábil após cada uma das transações abaixo:

Exemplo:

Os sócios contribuem com \$ 10.000 para a formação do capital inicial:

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	10.000			Capital	10.000
	10.000				10.000

1 - Compra de mercadorias, à vista, no momento de \$ 2.000

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	8.000			Capital	10.000
Mercadorias	2.000				
	10.000				10.000

2 - Compra, a prazo, de um veículo, para entrega de mercadorias, no valor de \$ 4.000

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	8.000	Contas a		Capital	10.000
Mercadorias	2.000	pagar	4.000		
Veículos	4.000				
	14.000		4.000		10.000

3 - Contratação de um empréstimo bancário no valor de \$ 3.000

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	11.000	Contas a		Capital	10.000
Mercadorias	2.000	pagar	4.000		
Veículos	4.000	Empréstimos	3.000		
	17.000		7.000		10.000

4 - Empréstimo a empregado no valor de \$ 500

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	10.500	Contas a		Capital	10.000
Mercadorias	2.000	pagar	4.000		
Veículos	4.000	Empréstimos	3.000		
Empréstimos	500				
	17.000		7.000		10.000

5 - Aumento de capital em dinheiro no montante de \$ 5.000

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	15.500	Contas a pagar	4.000	Capital	15.000
Mercadorias	2.000	Empréstimos	3.000		
Veículos	4.000				
Empréstimos	500				
	22.000		7.000		15.000

6 - Compra de móveis e utensílios, à vista, no valor de \$ 2.000

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	13.500	Contas a pagar	4.000	Capital	15.000
Mercadorias	2.000	Empréstimos	3.000		
Veículos	4.000				
Empréstimos	500				
Móveis e utensílios	2.000				
	22.000		7.000		15.000

7 - Pagamento de \$ 3.000 referente à compra do veículo efetuado na operação no. 2.

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	10.500	Contas a pagar	1.000	Capital	15.000
Mercadorias	2.000	Empréstimos	3.000		
Veículos	4.000				
Empréstimos	500				
Móveis e utensílios	2.000				
	19.000		4.000		15.000

8 - Pagamento de \$ 1.000 referente aos salários dos empregados sem desconto de empréstimo.

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	9.500	Contas a pagar	1.000	Capital	15.000
Mercadorias	2.000	Empréstimos	3.000	Despesas de salários	(1.000)
Veículos	4.000				
Empréstimos	500				
Móveis e utensílios	2.000				
	18.000		4.000		14.000

9 - Venda, à vista, por \$ 4.500, de toda a mercadoria comprada na transação no. 1.

Ativo =		Passivo Exigível +		Patrimônio Líquido	
Dinheiro	14.000	Contas a pagar	1.000	Capital	15.000
Mercadorias		Empréstimos	3.000	Despesas de salários	(1.000)
Veículos	4.000			Receita de vendas	4.500
Empréstimos	500			CMV	(2.000)
Móveis e utensílios	2.000				
	20.500		4.000		16.500

Apuração e demonstração do resultado do exercício

1. Objetivo da apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas de uma empresa representam, respectivamente, acréscimo e diminuição de seu patrimônio líquido. Essas receitas e despesas são controladas em contas específicas que, em geral, são de grande volume, chamadas contas de resultado. Ao final de cada exercício, é necessário que essas contas sejam encerradas para que:

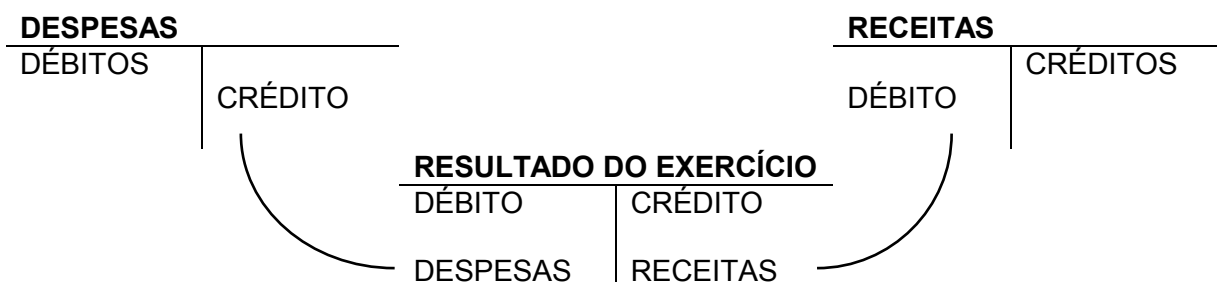
- possa ser conhecido o resultado do exercício;
- esse resultado possa ser apresentado de modo ordenado e de fácil entendimento.

2. Encerramento das contas de resultado

O encerramento das contas de receitas e despesas consiste em fazer um lançamento em todas as contas envolvidas de modo a deixá-las com saldo igual a zero, cuja contrapartida seria dada em uma única conta, denominada "Resultado do exercício". Conseqüentemente, as receitas serão creditadas e as despesas, debitadas na conta "Resultado do exercício". A diferença entre os débitos e créditos da conta "Resultado do exercício" será:

- lucro, se for credor;
- prejuízo, se for devedor.

Naturalmente, se o total das receitas for igual ao das despesas, a empresa não terá obtido nem lucro nem prejuízo, isto é, obterá resultado nulo.



3. Exemplo

Como exemplo, vejamos como é feito o encerramento das contas de despesas e receitas, utilizando os saldo do balancete de verificação da Cia. ABC Ltda., levantado em 31.12.XA.

Cia. ABC

Balancete de verificação em 31.12.XA

Contas	Saldo devedor	Saldo credor
Caixa	100	
Duplicatas a receber	300	
Veículos	50	
Móveis e utensílios	40	
Fornecedores		40
Contas a pagar		10
Capital		400
Receita de vendas		330
Receita de juros		20
Custo dos produtos vendidos	100	
Despesas de salários	190	
Despesas com impostos e taxas	15	
Despesas com juros	2	
Total	800	800

Podemos ver, nesse exemplo, que o balancete inclui, também, contas de ativo, como a conta “Caixa”, e contas de passivo, como é o caso da conta “Fornecedores”; porém o encerramento anual para a apuração do resultado é feito somente nas contas de despesas e de receitas.

Assim, segregando-se as contas de receitas e de despesas, devemos abrir a conta “Resultado do exercício”.

Receita de venda	Receita de juros	Despesas de salários
330	20	190
Custo dos produtos vendidos	Despesas com impostos	Despesas com juros
100	15	5
Resultado do exercício		

Observem que todas as contas de despesas e receitas ficaram com o saldo igual a “zero”. De outro lado, a conta “Resultado” apresenta saldo credor de 40, indicando que as receitas são maiores que as despesas, havendo, portanto, lucro do exercício no mesmo valor.

Finalmente, é necessário que o resultado do exercício, que, no nosso caso, o novo balancete da Cia. ABC Ltda. seria este no qual se pode notar que, em lugar das contas de receitas e despesas, temos uma modificação no saldo da conta “Lucros acumulados”.

Cia. ABC

Balancete de verificação em 31.12.XA

Contas	Saldo Devedor	Saldo Credor
Caixa	100	
Duplicatas a receber	300	
Veículos	50	
Móveis e Utensílios	40	
Fornecedores		40
Contas a pagar		10
Capital		400
Resultados (Lucros ou Prejuízos) acumulados		40
Receita de vendas		
Receita de Juros		
Custo dos produtos vendidos		
Despesas com salários		
Despesas com impostos e taxas		
Despesas com juros		
Total	490	490

A sistemática de contabilização é a mesma já mencionada, mudando-se, nos casos em que for necessário, o sentido dos lançamentos.

4. Resumo da apuração do resultado do exercício

Objetivo: encerrar as contas de resultado (receitas e despesas) e apurar o resultado (lucro ou prejuízo) obtido pela empresa no período.

Sistemática de apuração do resultado:

4.1. Apurar saldo final das contas de resultado

Despesas
Devedor

Receitas
Credor

4.2 Encerrar todas as contas de receitas e despesas em contrapartida de uma conta transitória denominada “Resultado do exercício”.

Despesas	
Devedor	Crédito

Receitas	
Débito	Credor

Resultado do exercício

Débito	Crédito
Despesas	Receitas
	LAIR

4.3 Calcular e contabilizar o imposto de renda

Resultado do exercício	
Despesas	Receitas
IR	LAIR
	LAPE

Provisão para IR	
	IR

4.4 Calcular e contabilizar as participações estatutárias

Resultado do exercício	
Despesas	Receitas
IR	LAIR
PE	LAPE
	LLE

Provisão para PE	
	PE

4.5 Transferir o LLE para “Resultados acumulados”

Resultado do exercício	
Despesas	Receitas
IR	LAIR
PE	LAPE
LLE	LLE

Resultados acumulados	
	LLE

Caso houvesse prejuízo no exercício, o lançamento seria:

D = Resultados acumulados

C = Resultado do exercício

5. Objetivo da Demonstração do Resultado do Exercício

A empresa deve informar aos leitores de seu balanço como foi obtido o resultado do exercício que foi transferido para a conta “Lucros ou prejuízos acumulados”. Essa informação sobre a formação do resultado do exercício é dada, em sua maior parte, através da demonstração do resultado do exercício, que nada mais é do que uma apresentação das contas de receitas e despesas feita de modo ordenado. Tal ordenação baseia-se, principalmente, na divisão de receitas e despesas entre operacionais e não operacionais e em sua apresentação na forma indicada pela legislação vigente.

6. Despesas operacionais e não operacionais

As despesas operacionais são todos os gastos desembolsados ou previstos, que se relacionam diretamente com o objeto social de uma empresa.

Imaginemos uma empresa comercial que venda móveis. Os salários e encargos do pessoal da administração, do setor de vendas ou dos outros setores são diretamente relacionados com o objetivo do negócio, por isso são operacionais.

Resumindo, são considerados custos e despesas operacionais todos os gastos realizados com o objetivo final de gerar receitas e diretamente relacionados com a natureza específica dos negócios de uma companhia.

Analogamente, as despesas não operacionais são aquelas não relacionadas diretamente com a natureza específica dos negócios de uma companhia, tais como, baixa de bens do ativo permanente e perdas com sinistros.

7. Receitas operacionais e não operacionais

Guardando bastante semelhança com as despesas, temos as receitas operacionais, que são todas aquelas **realizadas** e que estão diretamente relacionadas com a natureza do negócio de uma companhia.

Por exemplo, se o negócio de uma empresa é vender mercadorias, o título de receita de vendas já indica sua atividade. Ou, se nos referimos a uma companhia que presta serviços, o título de receita de serviços já indica o fato.

Inversamente às receitas operacionais, as não operacionais são aquelas que não se relacionam diretamente com a natureza do negócio de uma companhia, tais como, receita de dividendos e indenizações de seguros.

8. Apresentação

De acordo com a legislação na forma vigente, as empresas devem adotar a demonstração do resultado do exercício na forma dedutiva ou vertical, cujas características são as seguintes:

→ Desta deduz-se o custo dos produtos vendidos, obtendo-se o lucro bruto.

→ Do lucro bruto são subtraídas as despesas operacionais, que, em geral, dividem-se em quatro grandes grupos:

* Despesas operacionais com vendas - representadas pelas comissões, fretes para entrega etc.

* Despesas gerais e administrativas - salários e encargos do pessoal administrativo, depreciações etc.

* Despesas financeiras - juros e variação monetária de empréstimos etc., deduzidas das receitas financeiras.

* Amortizações de despesas diferidas, obtendo-se o lucro operacional.

→ Somando-se ou subtraindo-se ao lucro operacional as receitas e despesas não operacionais, obtém-se o lucro antes do imposto de renda.

→ Desse valor, devemos deduzir o da provisão para imposto de renda obtendo, assim, o lucro antes das participações estatutárias.

→ Finalmente, se existirem, serão excluídas as participações estatutárias devidas a empregados, diretores etc. O saldo final é o que denominamos lucro líquido do exercício.

9. Modelo simplificado da Demonstração do resultado do exercício

Receita operacional bruta

 Deduções de vendas

Receita operacional líquida

 Custo dos produtos vendidos

Lucro bruto

 Despesas com vendas

 Despesas gerais e administrativas

 Despesas (-) receitas financeiras

 Amortização das despesas diferidas

Lucro operacional

 Receitas (despesas) não operacionais

 Resultado da correção monetária

Lucro antes do imposto de renda

 Provisão para imposto de renda

Lucro antes das participações

 Participações estatutárias

Lucro líquido do exercício

10. Modelo detalhado da Demonstração do resultado do exercício

Receita operacional bruta	100	Produto da venda de mercadorias, produtos e serviços. Valor total cobrado dos clientes, inclusive impostos.
Deduções das vendas	(30)	Imposto sobre vendas (IPI, ICMS e ISS), contribuições (PIS e COFINS), devoluções, abatimentos e descontos comerciais.
ROL	70	Receita operacional líquida.
Custo das vendas e serviços prestados	(40)	Materiais, mão-de-obra e custos gerais de fabricação gastos no processo de aquisição ou produtos dos bens e serviços vendidos.
Lucro bruto	30	
Despesas operacionais		Gastos incorridos no processo de geração de receitas.
Com vendas	(3)	Comissões, fretes, propaganda, material de embalagem, pessoal e despesas gerais do departamento de vendas, devedores incobráveis, garantias etc.
Administrativas	(7)	Pessoal administrativo, comunicações, processamento de dados, despesas gerais da administração etc.
Financeiras	(4)	Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos, líquidos de receitas financeiras.
Equivalência patrimonial	2	Receitas (despesas) decorrentes da avaliação de investimentos relevantes em coligadas ou controladas pelo método da equivalência patrimonial.
RO	18	Resultado operacional.
Receitas e despesas não operacionais	(3)	Resultado na venda de bens patrimoniais, indenização de seguros, resultados eventuais etc.
RADEI	15	Resultado antes dos efeitos inflacionários.
CMB	(5)	Contrapartida da atualização monetária das contas do ativo permanente e do patrimônio líquido. Caso PL>AP = saldo devedor; PL<AP = saldo credor.
LAIR	10	Lucro antes do imposto de renda.
Imposto de renda		
Corrente	(4)	Imposto de renda que será pago no exercício.
Diferido	1	Imposto de renda incidente sobre diferenças temporárias que serão revertidas no futuro.
LAPE	7	Lucro antes das participações estatutárias - PE.
PE	(2)	Participações estatutárias. Gratificações de diretores e funcionários previstas no estatuto.
LLE	5	Lucro líquido do exercício.
Lucro líquido por ação	0,02	LLE. quantidade de ações do capital social.

BALANÇO PATRIMONIAL

1. Objetivo

O objetivo do balanço patrimonial é apresentar, de uma forma ordenada e padronizada, a situação econômica e financeira de uma empresa num determinado momento.

Quando analisamos a demonstração do resultado, verificamos que ela consiste na apresentação dos saldos das contas de receitas e de despesas de um modo ordenado.

As contas que registram os elementos patrimoniais também devem ser classificadas e agrupadas de modo a permitir e facilitar o entendimento e análise da situação econômico-financeira da empresa.

O balanço patrimonial deve ser elaborado na data de encerramento do exercício social.

2. Exercício social e ciclo operacional

O exercício social é o período fixado em lei ao término do qual a empresa deve elaborar demonstrações contábeis. De acordo com a lei das sociedades por ações, devem ser observadas as seguintes regras:

- (a) O exercício social terá duração de doze meses. Os únicos exercícios sociais que poderão fugir a essa regra são aqueles em que ocorrer a constituição da empresa ou em que for modificada a data de encerramento do exercício.
- (b) Nas empresas que tiverem o ciclo operacional superior a um exercício, a classificação dos ativos e passivos no circulante ou longo prazo poderá ter por base esse ciclo.

Ciclo operacional é o intervalo de tempo compreendido entre a aplicação de recursos na produção dos bens ou serviços e o recebimento do numerário pela entrega destes.

3. Classificação das contas

Essa classificação e o agrupamento das contas deve obedecer aos princípios contábeis geralmente aceitos e à legislação pertinente.

4. Ativo

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de liquidez e classificadas nos seguintes grupos:

- Circulante
- Realizável a longo prazo
- Permanente

4.1 Ativo circulante

O ativo circulante é composto das disponibilidades, dos direitos realizáveis no curso de exercício social seguinte e das despesas pagas antecipadamente.

As disponibilidades representam o numerário em caixa e em bancos que pode ser utilizado de imediato, isto é, à livre disposição da empresa.

Os recursos depositados em bancos, que por qualquer razão não são de livre movimentação pela empresa, devem ser demonstrados de modo a indicar essa condição.

Como direitos realizáveis no exercício social subsequente devemos entender não só as duplicatas e demais valores a receber, como também os direitos de propriedade, tais como estoque e aplicações de curto prazo, ou seja, aquelas que serão transformadas em numerário no curso do exercício social subsequente.

Também são classificáveis no grupo do circulante as aplicações de recursos em despesas que ainda não foram incorridas, mas que já foram pagas.

Caso típico dessas despesas do exercício seguinte é o prêmio de seguros que é pago antecipadamente, mas refere-se a uma obrigação contratual da seguradora de prestar um serviço no futuro.

4.2 Realizável a longo prazo

Neste grupo serão classificados os bens e direitos que serão realizados após o final do próximo exercício social, observando o que segue:

- (a) Os direitos só serão transformados em numerário após o término do exercício seguinte, ou após o ciclo operacional da empresa, quando este ultrapassar o exercício social.
- (b) São classificados nesta conta os direitos que decorram de operações não relacionadas com as atividades operacionais da empresa ou que tenham sido praticadas com empresas coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes do lucro da empresa.

Em resumo, a classificação no realizável a longo prazo depende de dois fatores: tempo e condição do devedor.

4.3 Ativo permanente

O grupo do ativo permanente está dividido nos seguintes subgrupos:

- Investimentos
- Imobilizado
- Diferido

Devem ser classificadas como investimentos as participações permanentes em outras empresas e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no circulante, nem no realizável a longo prazo.

Os investimentos permanentes têm como principal característica o fato de não haver intenção, por parte da empresa, de vendê-los.

O subgrupo do imobilizado é composto dos direitos que tenham por objeto a manutenção das atividades da empresa, ou que sejam exercidos com essa finalidade, bem como os direitos de propriedade industrial ou comercial.

São classificados no imobilizado, por exemplo, os bens tangíveis como terrenos, edifícios, móveis e utensílios, veículos e os intangíveis como marcas, patentes e custo de exploração de fundo de comércio.

No subgrupo do diferido serão classificadas as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São despesas relativas a serviços já recebidos mas que não foram lançados no resultado, pois contribuirão para a obtenção de resultados futuros, como é o caso dos gastos pré-operacionais.

5. Passivo

As contas do passivo são classificáveis nos seguintes grupos:

- Circulante
- Exigível a longo prazo
- Resultados de exercícios futuros
- Patrimônio líquido.

5.1 Passivo circulante e exigível a longo prazo

A classificação das contas no grupo do circulante ou do exigível a longo prazo tem por único critério a época de vencimento da obrigação. Assim, se a obrigação vencer antes do término do exercício social subsequente deve ser classificada como circulante; caso contrário, deve ser classificada no longo prazo.

Também aqui, se o ciclo operacional for superior ao exercício social, poderá ser tomado como base para determinar o que é circulante e o que é longo prazo.

5.2 Resultado de exercícios futuros

Nos resultados de exercícios futuros serão classificadas as receitas já recebidas referentes a bens ou serviços ainda não concluídos, deduzidos dos custos incorridos para sua produção até o presente.

5.3 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido divide-se em:

- Capital social
- Reservas de capital
- Reserva de reavaliação
- Reservas de lucros
- Lucros ou prejuízos acumulados.

5.3.1 Capital social

Representa a contribuição dos proprietários para a formação e manutenção das atividades da empresa.

Em relação ao capital social, dois aspectos merecem destaque:

- (a) As parcelas do capital pertencentes a pessoas domiciliadas ou com sede no exterior, registrada no Banco Central do Brasil, devem ser apresentadas destacadamente.
- (b) O capital não integralizado deve ser apresentado subtrativamente do capital subscrito.

5.3.2 Reservas de capital

Representam recursos provenientes dos proprietários ou de terceiros, que aumentaram o ativo da empresa, mas não transitaram pelo resultado, ou seja, não se constituíram em receitas.

As reservas de capital são claramente definidas em lei, devendo registrar, principalmente, o seguinte:

- O ágio na colocação de ações, ou seja, a parcela recebida pela venda de ações que ultrapassar seu valor nominal.
- Se a ação não tiver valor nominal será considerada ágio a parcela recebida que não for destinada à formação do capital social.
- As doações recebidas pela empresa e as subvenções para investimento.
- O resultado da correção monetária do capital.

5.3.3 Reservas de reavaliação

Reserva de reavaliação é a contrapartida do registro de reavaliações espontâneas do ativo permanente, as quais devem ser efetuadas por três peritos ou empresa especializada e aprovada em Assembléia de Acionistas.

5.3.4 Reservas de lucros

As reservas de lucro são constituídas através de apropriação do lucro da empresa com objetivos e regras definidos.

A legislação vigente entra em detalhes sobre os critérios para constituição dessas reservas, uma vez que as mesmas influenciam diretamente o resultado à disposição dos acionistas.

As reservas de lucros são as seguintes:

- Reserva legal
- Reservas estatutárias
- Reservas para contingências
- Reservas de lucros a realizar
- Reservas para reinvestimentos ou expansão

5.3.5 Lucros ou prejuízos acumulados

Representam lucros que a empresa realizou e que não foram destinados para reservas nem para dividendos.

Quanto aos lucros ou prejuízos acumulados, dois destaques devem ser feitos:

- (a) O saldo apresentado no balanço deve coincidir com o da demonstração de lucros acumulados ou com o constante da demonstração da movimentação das contas do patrimônio líquido.
- (b) Como já deve ter ficado claro, mesmo que haja prejuízos acumulados, estes deverão ser apresentados no patrimônio líquido, como diminuição deste.

6. Modelo de Balanço Patrimonial

Ativo	Passivo
<p>Circulante</p> <ul style="list-style-type: none">→ Caixa e bancos→ Aplicações financeiras no mercado aberto.→ Contas a receber de clientes, inclui \$ mil do exterior.→ Títulos descontados.→ Provisão para contas de cobrança duvidosa.→ Provisão para descontos.→ Demais contas a receber (*).→ Estoques.→ Despesas do exercício seguinte.	<p>Circulante</p> <ul style="list-style-type: none">→ Fornecedores, inclui \$ mil (19XA - \$ mil) do exterior.→ Salários e contribuições sociais.→ Provisão para imposto de renda.→ Impostos sobre circulação de mercadorias e produtos industrializados.→ Financiamentos.→ Debêntures.→ Sociedades controladora, controladas e coligadas.→ Distribuição de lucros.→ Demais contas e despesas a pagar (*).
<p>Realizável a longo prazo</p> <ul style="list-style-type: none">→ Sociedades controladora, controladas e coligadas.→ Diretores, acionistas e participantes nos lucros da empresa.→ Títulos e valores mobiliários.→ Empréstimos e depósitos compulsórios.→ Demais contas a receber (*).	<p>Exigível a longo prazo</p> <ul style="list-style-type: none">→ Financiamentos.→ Debêntures.→ Adiantamentos por conta de contratos de empreitada.→ Sociedades controladora, controladas e coligadas.→ Demais contas e despesas a pagar (*).
<p>Permanente</p> <ul style="list-style-type: none">→ Investimentos.→ Imobilizado.→ Diferido.	<p>Resultado de exercícios futuros</p> <ul style="list-style-type: none">→ Receitas de exercícios futuros.→ Custos e despesas correspondentes.
<p>(*) O saldo destas contas de títulos genéricos não deve ser superior a 10% do total do grupo a que pertence.</p>	<p>Patrimônio líquido</p> <ul style="list-style-type: none">→ Capital social.→ Reservas de capital.→ Reserva de reavaliação.→ Reservas de lucros.→ Ações em tesouraria→ Lucros (prejuízos) acumulados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IBRACON – Instituto Brasileira de Contadores. Princípios Contábeis. Ed. Atualizada.
2. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória.
3. IUDÍCIBUS, Sérgio de. e MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial.
4. PERES JÚNIOR, José Hernandez. Auditoria de demonstrações contábeis.
5. PERES JÚNIOR, José Hernandez. Controladoria de Gestão.
6. IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. Manual de Contabilidade das S.A.

Patrimônio	Quando	Fica	Lançamento
Ativo (devedor)	Recebe	+ Devedor	Debitado
	Entrega	- Devedor	Creditado
Passivo (credor)	Recebe	- Credor	Debitado
	Entrega	+ Credor	Creditado
Resultado			
Despesas		Devedor	Debitada
Receitas		Credor	Creditado

Equação Básica: Ativo = Passivo exigível + Patrimônio Líquido

Ativo	PASSIVO EXIGÍVEL
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

APLICAÇÕES DE RECURSOS	ORIGEM DE RECURSOS
	ORIGEM DE RECURSOS